

# UMA PERCEPÇÃO ATUAL SOBRE O AUTISMO: OLHARES E REALIDADES

Geni Aparecida Sogabe Queiroz<sup>1</sup>  
Olerina Pereira Marcelo<sup>2</sup>  
Adriane Weckerlin Bello<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como problemática como ocorre a inclusão do aluno autista em uma escola regular? Pensado nisso o tema escolhido foi “Uma percepção atual sobre o autismo: olhares e realidades! o que motivou a fazer a pesquisa foi uma experiência durante o estágio supervisionado no ensino fundamental de Cuiabá-MT. Neste contexto, observou um elevado número de crianças autistas, despertando assim interesse em investigar um pouco mais do cotidiano escolar, tendo como objetivo compreender o autismo e suas especificidades nos estudos e análises realizadas, que contribuiu para melhor compreensão do comportamento do autista. Através do histórico do autismo, mostrar as mudanças que vem acontecendo gradativamente, como se encontra atualmente. Citar leis o que assegura o direito do aluno com deficiência. É interessante e necessário conhecimento a ser pesquisado. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou o bibliográfico e pesquisa de campo, o método utilizado foi por meio de questionário utilizando como sujeito a professora “titular” e a professora da sala “multi funcional”. Para sustentação teórica fundamentou-se em; Romero (2016), Orrú (2011 e 2012), Carvalho (2003), entre outros que defendem a importância da inclusão.

**Palavras-chave:** Autismo, Inclusão, Escola Pública.

## INTRODUÇÃO

O que motivou fazer a pesquisa sobre autismo no ambiente escolar foi a partir uma experiência realizada durante a disciplina de estágio supervisionado no ensino fundamental. Neste contexto, observou-se um elevado número de crianças autistas, despertando o interesse em investigar sobre a inclusão do aluno autista no espaço escolar.

Percebeu-se que cada ano que passa, vem aumentando o número de aluno com alguma deficiência nas escolas públicas e particular, com isso a necessidade de saber como trabalhar com esses alunos.

---

<sup>1</sup> Acadêmicas do 8.º semestre de pedagogia no Centro Universitário de Várzea Grande.

<sup>2</sup> Acadêmicas do 8.º semestre de pedagogia no Centro Universitário de Várzea Grande.

<sup>3</sup> Professora orientadora do Univag, pedagoga, especialista e Mestre em Ciências da Educação.

Compreender como se procede a inclusão do aluno com autismo em sala regular do ensino fundamental, perceber o comportamento do aluno no espaço escolar também observando a relação entre a professora e a criança em sala de aula, entender qual o papel da sala multifuncional na educação especial, levando em consideração seus vários aspectos de desenvolvimento de aprendizagem.

Tendo como objetivo compreender o autismo e suas especificidades nos estudos e análises realizadas, que contribuiu para melhor compreensão do comportamento do autista.

Mostrar quais são as leis que asseguram a inclusão do aluno, com qualquer tipo de deficiência ter direito a educação, igualdade e permanência na escola.

O crescimento na educação especial aconteceu a partir da Constituição Brasileira de 1988 que garante o acesso ao ensino regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, de classe social, religião, cor, deficiência entre outros.

Conhecer o processo histórico do autismo, as mudanças que vem acontecendo gradativamente através dos anos que são resultados de muitos estudos quais foram os progressos, o que dizem os cientistas, como está atualmente.

Compreender e conhecer o que é autismo, os primeiros sintomas quais são sentimentos, características e comportamento a reação da família ao receber o diagnóstico, se tem cura ou não.

Em busca de resposta para a problemática de pesquisa: como ocorre a inclusão do aluno autista na escola de ensino fundamental? Delimitando um pouco mais nos estudos sobre o autismo na rede regular de ensino, das dificuldades de interações dentro da sala de aula.

Para a realização deste estudo foi utilizada pesquisa bibliográfica, coleta de dados com duas professoras a da sala multifuncional e a titular em uma escola no bairro Jardim Cuiabá, em Cuiabá-MT, no dia 12 de maio de 2017.

Os instrumentos utilizados foram questionário semi estruturado com perguntas abertas e fechadas. O texto está fundamentado em autores Romero, (2016), Orrú (2011 e 2012), Carvalho, (2003), que abordam questões sobre deficiências, principalmente sobre o autismo.

Citar algumas leis que assegura o direito do aluno com deficiência, e as mudanças da inclusão dessas crianças no ambiente escolar. Mostrar através do processo histórico como o autismo se encontra agora.

## **AUTISMO: DEFINIÇÃO E HISTÓRICO**

Nos dias atuais o autismo vem se destacando cada vez mais, ainda é considerado complexo pelos teóricos, ainda não existe uma definição o que e fato é autismo. Apesar de muitas discórdias quanto sua definição:

O autismo é uma síndrome comportamental que engloba comprometimento nas áreas relacionadas à comunicação, quer seja verbal ou não verbal, no interpessoalidade, em ação simbólica, no comportamento geral e no distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico. (ORRÚ, 2011, p.30).

Com o passar do tempo outros estudos serão realizados e novas características serão apontadas. Autismo é uma palavra e origem grega (autos), significa de si mesmo. O termo autismo foi utilizado pela primeira vez, em 1911, pelo psiquiatra suíço Bleuler, associando-o à esquizofrenia, para descrever a perda de contato com a realidade, que gerava uma grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação. É um termo usado pelos estudiosos, para denominar comportamento humano que centraliza em si mesmo, voltado para o próprio indivíduo. Orrú, (2012, p.1 e 19).

Percebe-se que, o autismo começou a ser estudado há muitos anos, a partir daí muitas mudanças vem acontecendo gradativamente que são resultados de novos estudos.

Alguns anos depois, em 1933, o médico Howard Potter, baseado nos casos descrito por Bleuler, em 1911, apresentou a comunidade científica alguns casos que já havia estudado, esses casos tinham iniciado quando criança, acreditando esse sintoma ser o mesmo. Bleuler, então chamou de Esquizofrenia Infantil. (ROMERO, 2016, p. 17).

Em 1943, Leo Kanner, psiquiatra austríaco, discordando de Bleuler, entendendo que se tratava de doença diferente, parecendo mais com sintoma de esquizofrenia. Destacando, no autismo, um distúrbio com relação da realidade do que com contato afetivo. No entanto Kanner constatou que havia grande diferença entre os esquizofrênicos se isolarem do mundo,

que era diferente em relação do autista, este não conseguia jamais inserir nesse mundo em que Bleuler mencionava. (ORRÚ, 2012 p.18).

Em 1948, Kanner, escreveu em seu manual que as maiorias crianças que chegavam até ele eram parecidas em suas características, os pais ou avós eram médicos, jornalistas, grandes estudiosos, na maioria das vezes apresentava uma inteligência acima da média, também apresentava apego excessivo no ambiente familiar. (ORRÚ, 2012 p.19)..

Em 1949, Kanner referiu o quadro como síndrome, denominou-a de Autismo Infantil Precoce. Percebendo característica comum na maioria delas; muita dificuldade de contatos com as pessoas, mantinha os objetos sempre nas mesmas posições, pareciam inteligentes. Em 1950 apresentou mais de 38 casos parecidos em o “Tratado de Psiquiatria Infantil”. (ROMERO, 2016, p.18).

A partir de Kanner muitos outros estudiosos surgiram e foram deixando suas ideias e hipóteses sobre a origem do autismo. Diante disso; decidiu, então, separar Autismo de Esquizofrenia Infantil, embora, ainda, mantivesse no grupo das Psicoses Infantil, e ressaltou a necessidade de verificar o Autismo como sintoma primário, afastando esse quadro de outros quadros orgânico e psíquico. Tal destaque se deu, principalmente, pelo fato que, com a Esquizofrenia, poderá haver uma mudança no desenvolvimento do indivíduo depois de longos anos de aparente normalidade geralmente desencadeada na adolescência. (BRASIL, 2013, p.19).

Houve importantes contribuições para crescimento de pesquisa sobre o assunto, após muitos anos de pesquisa, diversos conceitos foram criados sobre o autismo, embora a ciência tenha percorrido um longo trajeto para compreensão do autismo, muito ainda falta para conclusões mais concretas a serem estabelecidas.

Em 1980, o autismo foi publicado pela primeira vez no Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais, (Guia oficial para diagnóstico de doenças e transtornos psicológicos, elaborado pelos melhores especialistas do mundo. Criado em 1952), DSM-III, da Associação de Psiquiatria Americana- APA, sua terceira publicação, houve critério mais específico sobre essa síndrome; *defits* sociais difusos, amplos *defits* no desenvolvimento da linguagem, padrões incomum na fala, reações indiferente ao ambiente, delírios ou alucinações típico de esquizofrenia. (ORRÚ, 2012, p.24).

Em 1994, a Associação de Psiquiatria Americana- APA publicou a quarta edição do Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais DSM, mudando o termo “global” para “invasivo” e alterando os critérios diagnósticos. A expressão “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento”, esse termo é usado para representar danos graves e agressivos no desenvolvimento, com relevante prejuízo nas habilidades e interação social correspondida, de comunicação nas presenças de comportamentos. O Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais DSM-IV diz que existe um comprometimento no nível do desenvolvimento da idade mental do indivíduo. (ORRÚ, 2012, p.25).

Alguns anos depois com a evolução das pesquisas surge uma nova versão para o entendimento sobre o estudo do autismo. Por existirem diferentes manifestações comportamentais em 2013 o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V, da Associação de Psiquiatria Americana, traz um novo conceito em relação aos diagnósticos de transtornos mentais. Um grupo de quatro doenças – autismo, síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância (também conhecido como Síndrome de Heller) e Transtornos Invasivos do Desenvolvimento – passar a ser apenas uma doença, chamada de Transtornos Espectros do Autismo, (TEA). (ROMERO, 2016, p.23).

Sendo esta a última levantada e analisada recentemente pelos cientistas, mas as questões que envolvem o autismo ainda são bastantes polêmicas, apesar dos avanços, como se vê acima muitas mudanças ocorreram, mas muito ainda precisa ser estudado.

## **COMPREENDENDO O AUTISMO**

Os sintomas de autismo aparecem durante os três primeiros anos de idade e vai por toda a vida. Manifesta na maioria das vezes nos meninos.

Para a família é muito difícil receber o diagnóstico que seu filho é autista, quando isso acontece, nascem inúmeros sentimentos de angústia, conflito, medo, insegurança, frustrações. Onde a mãe é o principal alvo de crítica da sociedade e a primeira a se sentir culpada, achando que falhou na educação.

As pessoas com autismo têm todos seus sentimentos muito sensíveis, porém não são capazes de entender e não sabem comunicar o que querem. A maneira de expressar seus sentimentos pode se dar através de gesto, até mesmo mudança de humor.

Algumas crianças melhoram à medida que amadurecem, levam uma vida normal, mas o autismo não tem cura, porém existe uma série de tratamento que beneficia o autista. Os principais objetivos do tratamento são: diminuir os sintomas comportamentais, algumas crianças podem ter um excelente desenvolvimento da linguagem e tentar desenvolver a sua independência, nenhum medicamento têm mostrado adequado para o transtorno autista, não tem cura e nem um tratamento específico. (SILVA, 2012, p.207).

Segundo (SILVA 2012, p.11). O transtorno é caracterizado por um conjunto de sintomas que afeta a áreas da socialização, comunicação e o comportamento sendo a mais comprometida à interação social, o maior desafio e ter a chance de aprender com eles.

O comportamento da criança com autismo é: o olhar fixo, quando chama pelo nome, não atende, esfrega a mão, lambe e cheira objeto e pessoas: “A síndrome do autismo não se manifesta por traços na aparência da pessoa e, também, não é identificada pela maioria nos exames laboratoriais. O diagnóstico se torna difícil e complexo”. (ORRÚ, 2011, p.28).

Sendo assim, o pai tem que procurar profissionais como médicos, pedagogo, psiquiatras, psicólogos para que possa ter um diagnóstico. Depois poder trabalhar a parte social, psicomotor e fazer a escolarização da criança dentro de sua capacidade. No Brasil existem leis que asseguram a criança com necessidades educacionais especiais.

## **LEIS DE INCLUSÃO NO BRASIL**

A inclusão é uma política que busca atender as necessidades educativas de todos os alunos, em sala de aula comum, na proposta de educação inclusiva, mesmo aqueles com deficiência ou transtorno do comportamento, existem algumas leis que asseguram esses direitos.

No Brasil pela lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, “Lei Berenice Piana” Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Art.1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. A pessoa com transtorno do

espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Romero (2016, p.23).

Assim, vemos que, paulatinamente, os direitos dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista vêm sendo assegurado, felizmente, transformando a vida dos mesmos e de suas famílias mais próxima da realidade em que todos nós vivemos. (ROMERO, 2016, p. 24).

A grande mudança no Brasil veio acontecendo desde a Constituição Brasileira de 1988 que determina a igualdade de condições acesso e permanência na escola para todos.

Art. 206. O ensino será ministrado com base no seguinte princípios: Inciso I: igualdade de condições de acesso e permanência na escola, como um princípio de ensino; [...].

Art. 208. O dever do estado com a educação se efetivado mediante garantia de: [...]Inciso III: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; preferencialmente na rede de ensino regular.

Também há o Estatuto da Criança e do Adolescente que define educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (ECA, Lei nº 8.069/90):

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Em 1994, aconteceu a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, as discussões em torno das necessidades educacionais especiais e de suas relações com a proposta de educação para todos com os alunos ditos normais, enquanto que a Declaração de Salamanca é entendida como um documento complementar, destinados aos alunos com Necessidade Educativas Especiais, representando nas escolas o meio eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e criança bem dotada; que vivem nas ruas e que trabalham; de crianças de população distantes ou nômades; crianças de minoria linguísticas; étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizada. (BRASIL, 1994, p.18).

A pessoa com deficiência ganha reforço nos seus direitos com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica: diversidade e inclusão, ele passa assegurar seu direito do Atendimento Educacional Especial (AEE). Compreende que todos os alunos devem estar incluso neste processo, independente de suas condições sociais, levando em considerações sua especificidade priorizando assim a sala de recursos multifuncionais (SRM), que estabelece como prioridade:

- A obrigatoriedade da matrícula dos alunos, público-alvo da Educação Especial, na escola comum do ensino regular e da oferta do atendimento educacional especializado – AEE.
- A função complementar ou suplementar do atendimento educacional especializado e da Educação Especial, como área responsável pela sua realização.
- A inclusão do AEE no projeto pedagógico da escola da rede regular de ensino.
- As condições para a realização do AEE em centros de atendimento educacional especializado. Brasil (2013, p.161).

Dessa forma o movimento sobre pessoas com deficiência ganha força política e social e novas discussões e debates surgem na sociedade, atualmente escolas já se vê um número elevado de pessoas com autismo convivendo harmonicamente com crianças sem deficiência no ambiente escolar.

## **INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR**

A educação especial nasceu de uma tradição em que a criança com necessidades especiais era vista como diferente daquelas consideradas normais. Hoje no mundo toda a



educação especial tem passado por muitas mudanças nos últimos anos, em muitos países embora não em toda a criança é considerada educável, esse princípio inclui as portadoras das mais profundas deficiências. “Na prática significa que todas as crianças são ensinadas por professores treinados e administradas pelas mesmas autoridades responsáveis por outro aspecto da provisão educacional”. (DANIELS, 2001, p.70). Cria um contexto que todos professores devem receber treinamentos educacionais relacionados a todas as crianças.

Segundo Carvalho, (2003, p.16), a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas também têm integrado a educação especial.

A diversidade faz parte da natureza humana, desse modo à deficiência é apenas mais um tipo de diferença que existente entre as pessoas. Se a deficiência limita a pessoa a realizar até algumas atividades básicas do seu dia a dia, é necessário refletir sobre como trabalhar com as limitações dos alunos com deficiência no espaço escolar.

Dessa forma, o grande desafio dos professores, juntamente com a sala de recurso e os coordenadores pedagógicos devem usar métodos que facilitem o trabalho do professor e consequentemente aprendizado do aluno. “Com esse olhar, a educação especial tem se constituído como um subsistema a parte, tão segregado teórico e metodologicamente das discussões sobre o processo educativo em geral (educação comum ou regular)”. Carvalho (2003, p.16).

A princípio, para saber como acontece a inclusão das crianças com deficiências no processo educação e aprendizagem e como passam a usufruir dos direitos, dentre eles o direito a aprendizagem com igualdade de condições de acesso aos conteúdos curricular e ao conhecimento em geral, procurando romper “barreira com o mito de que convivemos com duas educações, uma regular e outra especial”. Carvalho (2003, p. 13).

Atualmente em Cuiabá é ofertado o Atendimento Educacional Especializado, (AEE), em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), essa modalidade de ensino implica na necessidade de se entender a educação especial como um ensino complementar e não mais como um ensino substitutivo. Essa é a razão das Salas Multifuncionais existirem, e cabe a elas prestar o Atendimento Educacional Especializado, configura como um direito do estudante

com deficiência. Sendo assim a garantia de um ensino de qualidade para todos. Educação Especial no município de Cuiabá Diretrizes e Propostas Pedagógicas (2010, p. 52).

Neste contexto percebe-se que a mudança em torno da educação inclusiva tem um desafio, “para o profissional que trabalha com a pessoa autista”. (ORRÚ, 2012 p.17), considerando que cada caso deve ser tratado de maneira diferente devido suas particularidades. Criança com dificuldade é aquela que não consegue aprender com os métodos com os quais aprendem a maioria das crianças, o seu rendimento esta abaixo de suas capacidades intelectuais. Sendo assim quanto mais cedo for realizada essa intervenção de suporte, a criança poderá aprender a conduzir sua dificuldade em aprender, diante disso;

Inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Por inclusão estou me referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como em números de matriculas ou com mais uma sala de aula do ensino regular. Como efeito desses debates, (CARVALHO, 2003, p.101).

Analisando o conceito acima, atualmente, observam-se muitos debates em torno das práticas inclusivas em espaço escolar, também na sociedade, das pessoas com necessidades educacionais especiais. Devendo assim o sistema de ensino dar a necessário apoio para a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e na formação dos demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

## **CONCEPÇÃO E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS**

Para fazer uma análise de como ocorre à inclusão dos dois alunos autista no ensino regular, será realizada uma pesquisa na ”EMEB Prof.<sup>a</sup> Alzira Valladares”, na sala do segundo ano, onde estuda o sujeito de pesquisa/aluno, para isso contaremos com a colaboração, da professora titular e da professora da sala multi funcional, optou-se em preservar á identidade das mesmas, denominado as de professora titular e professora da sala multi, para levantamento de dados solicitou-se as professoras que registrassem seu olhar sobre a realidade inclusiva através de um questionário.

O processo de análise do questionário, das professoras tem como foco principais reflexões sobre inclusão do aluno autista. Inicia se a análise com a professora titular de trinta e cinco anos, formada em pedagogia em 2012 no Centro Universitário Univag MT que atua na área há cinco anos..

A professora “titular” deixa claro que não encontra dificuldades em dar aula para os alunos com necessidades especiais, interage muito bem com os dois alunos autistas na sala de aula, narra também que na escola existe a sala multifuncional, que dá total suporte para o professor elaborando atividades, usando sempre que necessário material adaptado para que facilite o aprendizado e a inclusão do aluno, afirma também está sempre participando de curso de formação continuada, palestra aprimorando, atualizando o seu conhecimento, vê com excelência o desenvolvimento da criança com necessidade especial na escola.

A professora “titular” acredita que a participação da família tem papel fundamental no processo de desenvolvimento do autista, uma pessoa com autismo precisa e deve ser acolhida cuidada estimula a desenvolver. “Este é um dos uns fatores de extrema importância para um aprendizado satisfatório”. (SILVA, 2012, p.15)

A professora “multi” tem quarenta e quatro anos de idade, formada em pedagogia na UFMT, campus de Cuiabá, pós- graduada em atendimento educacional especializado (AEE), atende os alunos na sala de recurso multifuncional no contra turno, e fez um diagnóstico de estudo de caso, que possibilita ao aluno o acesso comum de todos os alunos da sala, proporcionando a sua independência, melhorando a interação com as outras crianças, levando em consideração a potencialidade de cada um, o aprendizado direcionado às necessidades específicas do aluno. Relata que não encontra dificuldades em elaborar planos de aula, que o principal fator é respeitar as peculiaridades e características próprias de cada aluno, procurando sempre promover a autonomia e aprendizado.

A escola apesar de simples procura dar estrutura para os alunos com necessidade especial, procurando atender a todos, os materiais são na maioria de material reciclado e procura de acordo com o grau de dificuldade de cada um. A professora titular trabalha em parceria com a professora da sala multi, adaptando material para que os alunos possam realizar em sala procurando sempre trabalhar de maneira diferenciada respeitando o grau de dificuldade de cada um.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Nesta pesquisa, destacamos que é indispensável o desenvolvimento da sensibilidade e conhecimento no professor que trabalha com o autista. Ela deve procurar compreender como deverá trabalhar com esse aluno, os quais precisarão ser sustentados na relação com ele.

É necessário que os envolvidos conheçam com clareza o autismo e o que ele acarreta. É preciso conhecer o perfil de cada indivíduo, pois o que é proveitoso com um nem sempre é com outro, os interesses podem ser diversos, bem como o quadro sintomático pode apresentar diferenciação. (ORRÚ, 2012 p.170).

Sendo assim a atuação que tivemos com as professoras foi de grande valia, tivemos a oportunidade de poder vivenciar, o cotidiano de professores preparados academicamente para o trabalho com o aluno autista, mas por sua vez a dedicação faz com que tenham êxito.

A escola atende apenas o primeiro ciclo (1.º, 2.º e 3.º anos), tendo em cada turma dois alunos inclusos com diferentes tipos de deficiências. Essa unidade não atende a procura por não ter sala suficiente.

Os docentes participam de formações oferecidas pela SME (Secretaria Municipal de Educação), bem como formação do PNAIC<sup>4</sup>, e também possui um projeto de formação continuada realizado no decorrer do ano, onde professores e todo o funcionário participam sobre orientação da equipe gestora e assessora pedagógica.

Os alunos frequentam a sala de aula regular e no contra turno a sala multifuncional, onde são orientados, pois cada um tem nível de dificuldade diferente.

Grandes são os desafios que os profissionais enfrentam, e se manter atualizado é indispensável. Nesse sentido a equipe gestora busca sempre incentivar os funcionários a participar de palestras, seminário, encontros pedagógicos enfim todos os cursos que venham contribuir para sua formação.

---

<sup>4</sup> PNAIC: Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa.

## CONSIDERAÇÕES

Este artigo teve como objetivo compreender e conhecer um pouco mais sobre o autismo e suas especificidades, seus avanços e as leis que os assegura. Nas pesquisas bibliográficas foram apresentadas as peculiaridades do autismo possibilitando o mais detalhado possibilitando o entendimento do complexo mundo dos autistas.

Em busca de resposta para problemática de como ocorre à inclusão do aluno autista no ensino fundamental, escolhemos trabalhar com o tema: Uma percepção atual sobre o autismo: olhares e realidades. Procuramos resposta em uma escola do ensino fundamental, que foram sendo construídas e somadas as outras ideia dando sentido e significado ao nosso trabalho.

Para que ocorresse a inclusão, houve muitas mudanças “onde antes [...] “os “diferentes” chegavam a ser sacrificado pelo fato de ser considerados ‘inúteis’ e como um “peso” para sociedade”. , (ORRÚ, 2012, p.44); até a atual concepção.

Para que ocorresse a inclusão foi necessária a mudança nas leis, que garantiu o acesso de todas as crianças e adolescentes sem exceção de classe social, cor, deficiência entre outros. Foram necessárias a formação continuada do professor, promover a acessibilidade no espaço físico da escola, a conscientização em relação aos direitos desses alunos, promovendo comum.

Por isso tudo percebemos que não só teve mudança no espaço escolar, mas também no interior do ser humano percebe-se que o aluno com deficiência hoje se sente acolhido e os professores cada vez mais capacitados para trabalhar com esses alunos no entanto, ainda é necessário ampliar as formações dos profissionais da educação de acordo com as diferentes deficiências de maneira continua. É preciso cada vez mais vencer o preconceito e conviver com a diversidade e assim a conscientização de todas as pessoas para a inclusão.

Sendo assim foi significativo dedicar nossa atenção ao estudo e a investigação sobre o autismo, a escolha desse tema foi de grande importância para nós formandas do curso de pedagogia, pudemos aprender e perceber da necessidade de prepararmos para trabalhar com esses alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas de Portadora de Deficiente. Guatemala; 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069/90. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. “**Lei Berenice Piana**.” lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica**: diversidade e inclusão. Brasília, DF. 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes e Proposta Pedagógicas Educação Especial** no município de Cuiabá. 2010. Prefeitura de Cuiabá / SME. Educação Especial no Município de Cuiabá Diretrizes e Propostas Pedagógicas Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá-MT. Cuiabá: Central de Texto, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação Especial no Município de Cuiabá Diretrizes e Propostas Pedagógicas Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá-MT. Cuiabá: Central de Texto, 2010.

CARVALHO, Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Mediação.

DANIELS, Harry. **Vygotsky em foco**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus editoras 2001.

ORRÚ, Ester Silva. **Autismo, linguagem e educação**. 3. ed. Rio de Janeiro RJ: Editora Wak, 2012.

\_\_\_\_\_. **Autismo**, o que os pais devem saber? 2. ed Rio de Janeiro RJ: Editora Wak, 2011.

ROMERO, Priscila. **O aluno autista**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Wak, 2016.

SILVA, Ana Beatriz. **Mundo Singular**; entenda o autismo. Rio de Janeiro Editora: objetiva 2012.